

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JUSSARA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

LUIS CLAUDIO COELHO DE JESUS

MOVIMENTO DE LUTA SOCIAL PELA TERRA EM FAZENDA NOVA:
Assentamento Serra Serra do Facão (1996-2005)

Jussara Goiás
Dezembro/2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JUSSARA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

LUIS CLÁUDIO COELHO DE JESUS

MOVIMENTO DE LUTA SOCIAL PELA TERRA EM FAZENDA NOVA:
Assentamento Serra do Facão (1996-2005)

Jussara Goiás
Dezembro/2006

Biblioteca



00004628

*Obra 1034
0004628
316.334.55(01)
JCS*

Luis Cláudio Coelho de Jesus

MOVIMENTO DE LUTA SOCIAL PELA TERRA EM FAZENDA NOVA:
Assentamento Serra do Facão (1996-2005)

Monografia apresentada ao Departamento de História, da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Jussara, em cumprimento à exigência parcial para obtenção do título de licenciatura em história, sob Orientação do Professor Rodolfo Belchior.

Jussara Goiás
Dezembro/2006

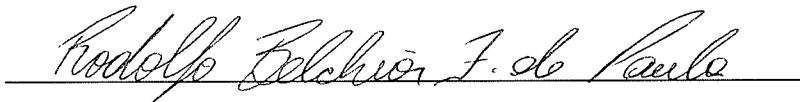
LUIS CLÁUDIO COELHO DE JESUS

MOVIMENTO DE LUTA SOCIAL PELA TERRA EM FAZENDA NOVA:

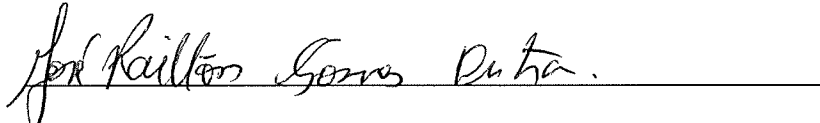
Assentamento Serra do Facão 1996-2005

Monografia aprovada na Banca de Defesa Pública na Universidade Estadual de Goiás –

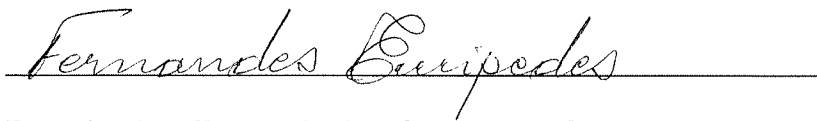
Unidade Universitária de Jussara, do Curso de Licenciatura Plena em História.



Orientador : Rodolfo Belchior Fernandes de Paula - UEG



Examinador: José Railton Gomes Dutra - UEG



Examinador: Fernandes Eurípedes - UEG

Jussara, 13 de dezembro de 2006

*Dedico com os olhos cheios de
lágrimas e o coração repleto de saudades
ao senhor João Roque Góes de Jesus e don
Maria Madalena Coelho de Jesus, meus
amados pais, que estão a centenas de
quilômetros de distância, mas com certeza
orando todos os dias para o meu sucesso;
por terem ao longo do meu processo de
desenvolvimento intelectual, não medido
esforços em me presentear todo final de ano
quando lhes apresentava o boletim escolar
de aprovação com um novo kit de material
escolar para recomeçar no ano letivo
seguinte, pois resultou nesse presente que
hoje estou alcançando, o curso superior,
fator esse que infelizmente somente apenas
14% da população brasileira consegue.
Que Deus lhes abençoe e retribua em
dobro todos os ensinamentos a mim
transmitido.*

AGRADECIMENTO

Agradeço, inicialmente a minha belíssima princesa Elaine Nascimento de Assis, esposa, irmã, amiga, mãe, pai e principalmente cúmplice, por ter suportado aproximadamente 4.800 horas da minha ausência no lar, momentos esses que deixei de estar ao seu lado para buscar novos conhecimentos e incrementar a minha vida profissional. Em seguida extendo meus sinceros agradecimentos aos meus amados bebês por ter faltado nesse período e deixado de acompanhá-los no momento de dormir falhando inclusive em contar-lhes histórias e contos, amo vocês meus filhos Luanna Cristina, Luis Cláudio Júnior e Abner Augusto. E, por fim agradeço imensamente aos meus mestres, funcionários, direção e demais colegas de curso da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Jussara, por terem suportado esse acadêmico questionador, porém sincero e compactuado comigo nos momentos de alegrias e tristezas na minha vida durante esses tão rápidos quatro anos de academia.

Que a cada dia, o senhor criador do universo possa lhes proporcionar felicidades, esperanças, alegrias e muito amor no coração.

É muito melhor arriscar coisas grandiosas e alcançar triunfo e glórias mesmo expondo-se a derrota, do que formar fila com pobres de espírito, que nem muito sofrem nem muito gozam, porque vivem numa penumbra cinzenta e não conhecem nem a vitória nem a derrota.

Franklin D. Roosevelt

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	
Barraca de palha no acampamento Serra do Facão.....	13
Figura 2	
Desmatamento do Assentamento Serra do Facão.....	15
Figuras 3 e 4	
Reunião dos acampados Serra do Facão e refeição coletiva.....	20
Figura 5	
Cartilha do PRONAF safra 2006/2007.....	22
Figura 6	
Placa de inauguração do Assentamento Serra do Facão.....	28
Figura 7	
Novo Acampamento na sede da Associação Serra do Facão.....	30
Figuras 8 e 9	
Colheita comunitária dos acampados do Projeto Serra do Facão.....	32
Tabela 1	
Fonte de Renda do Assentamento Serra do Facão.....	47
Figuras 10 e 11	
Única gleba comercializada.....	48
Figura 12	
Sede da Associação Serra do Facão.....	51

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 A FRONTEIRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	11
1.1 - A luta pela terra no Brasil.....	16
1.2 - A luta pela terra no movimento Serra do Facão.....	26
CAPÍTULO 2 – O ESTADO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL.....	33
2.1 – A visão do Estado sobre a reforma agrária.....	36
2.2 – O Estado como modernizador nas ações de reforma agrária.....	42
2.3 – A reforma agrária na ótica do Assentamento Serra do Facão.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

RESUMO

Trata o presente estudo, da existência de fatos e motivos ocorridos no município de Fazenda Nova, relacionados à luta pela terra entre os anos de 1996 a 2005, quando se deu a implantação do Assentamento Serra do Facão, e, o seu estabelecimento como grupo associativo, buscando com isso compreender o que ocorreu e conhecer os caminhos percorridos para solucionar essa problemática tão relevante no país inteiro, especialmente em Fazenda Nova.

É salutar a necessidade de propor uma ação reflexiva que pudesse gerar mudanças significativas na estrutura fundiária local, bem como na vida de várias famílias que antes tinha suas vidas pautadas na mesmice de trabalhar na terra como meros coadjuvantes, buscando com a organização do movimento, um novo papel, ser o proprietário de uma pequena gleba de terra onde pudesse produzir o seu sustento. Com base em investigações em arquivos e entrevistas gentilmente cedidas pelos assentados, para que essa pesquisa fosse desenvolvida.

Certamente essa pesquisa terá continuidade futuramente, com possíveis interessados em bibliografar mais esse tema e, por conseguinte a memória do movimento social de luta pela terra, especificamente referindo-me a Associação Serra do Facão, continuará à disposição da população camponesa e urbana.

INTRODUÇÃO

O foco principal deste trabalho é analisar todo o contexto que envolveu os trabalhadores rurais do Assentamento Serra do Facão, desde a sua organização inicial para lutar e adquirir terras através dos órgãos governamentais, passando pelo acampamento como estágio de adaptação e resultando na confirmação de realização do objetivo inicial que era assentar em glebas e fazer com que a terra passasse a produzir para o seu próprio sustento e até mesmo como forma de lucratividade, rompendo com os laços de trabalhador rural assalariado, diarista, meeiro ou agregado.

No primeiro capítulo discutiremos a existência da fronteira e os movimentos sociais que necessita romper a frente pioneira e de expansão para poder fincar raízes como proprietário da terra, abordaremos também os fatores que levaram alguns movimentos no Brasil a lutarem pela terra, os quais tornaram evidentes, porém de forma regionalizada. Neste mesmo capítulo analisaremos o processo desencadeado pelos trabalhadores rurais do Assentamento Serra do Facão, à época de acampados, discutindo inclusive o contexto em que se organizaram quando acampados para produzir e atender as necessidades de consumo da coletividade.

No segundo capítulo procuraremos nos ater em duas visões, inicialmente observando a participação do Estado em relação aos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente na questão de estabelecimento de ações governamentais de transformação

da situação agrária no Brasil e do outro lado, buscaremos a versão dos assentados no movimento Serra do Facão, sobre a ótica da reforma agrária.

Atentando para a busca de uma análise baseada na pesquisa de campo, através de entrevistas com os assentados, fontes documentais que registraram a existência da Associação Serra do Facão e fontes bibliográficas, tentaremos compreender a questão agrária localizada e relacionada como a associação acima relacionada.

CAPÍTULO 1 A FRONTEIRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Com o propósito de fundamentar e desenvolver esta pesquisa a respeito do processo de organização, visando problematizar e conceituar as razões precípuas do Movimento Social Serra do Facão, atentamos em analisar a fronteira enquanto local de disputa social, a qual só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, e a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós, conforme menciona MARTINS (1997. p.151). A situação de fronteira no Brasil, ainda está no estágio de expansão, pois as relações sociais e políticas estão em pleno processo de crescimento demográfico, principalmente nas regiões centro-oeste e norte, onde as terras não ocupadas e ocupadas insuficientes ainda continuam sendo desbravadas, tendo como grande fronteira a Amazônia brasileira, como a última fronteira terrestre que desafia a tecnologia moderna.

Esse deslocamento da fronteira para empreender novos rumos de progresso causa resistências e protestos, conforme destaca o senhor Irineu Pereira Gomes, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fazenda Nova, diante da questão em que os assentados não foram à mesma quantidade que existia no período de acampamento e as demais famílias excluídas do processo de assentamento na Fazenda Serra do Facão, tiveram que empreender novos objetivos e alguns retornarem para o local de origem que era a zona urbana. Segundo ele:

Trinta e seis famílias ficaram acampadas e as dificuldades que agente encontramos aí foi o objetivo de todos acampados era o mesmo objetivo e na época a terra não comportou todos os acampados e daí agente teve que alguém desistir dos seus objetivos, está hoje das trinta e seis famílias,

somente onze famílias assentadas, isso foi uma grande dificuldade que agente encontrou e corremos atrás de um objetivo e no mesmo tempo a gente já tava demandando com os próprios companheiros para ser pleiteado com a vaga no assentamento. (GOMES, 2006).

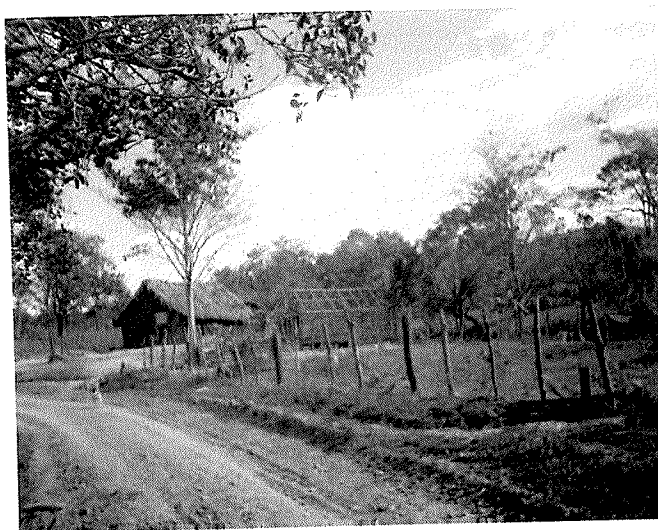
Percebemos que as ações conflitantes de agentes das classes sociais que lutam pelo controle da ação histórica e buscam a realização de sonhos e esperanças, nessa fase de luta pela terra, em meio ao aguçamento dos confrontos de idéias internas os sem-terra começam a ter maior clareza do comportamento dominante que os subordina e proletariza, surgindo então um aumento de percepção crítica, tanto pelas ações de integração, como aquelas induzidas pelos agentes externos para fomentar a dissociação das famílias. “A região amazônica principalmente entre 1964 e 1985 foi palco de quase seiscentos camponeses assassinados em conflitos por ordem de proprietários que disputam o direito a terra”. (MARTINS, 1997, p.150).

Em relação ao Movimento Serra do Facão, diferiu do conflito violento e bélico, mas ficou evidenciada a presença da fronteira enquanto situação de conflito entre os “sem terra” como forma de produzir e torna-la rentável, inclusive entre os agentes de classe que lutavam pelo mesmo objetivo, não alcançando todos os direitos a terra visada; e ao contrário dos “com terra” que a utiliza como meio de não produção, e sim como renda capitalizada de forma especulativa, visando basicamente a supervalorização da terra transformada em patrimônio ao passar dos tempos, conforme observamos na entrevista que realizamos com o assentado Orcidio Carlos de Oliveira, afirmando a falta de interesse do proprietário da fazenda desapropriada em lidar com a terra, demonstrando que se uma terra

tão valorizada como é no Brasil, onde a especulação é realidade e a manutenção da grande propriedade significa status e poder.

Porque haveria o interesse em negociar com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, que compra através de Títulos de Dívida Agrária (TDA), resgatáveis em até 20 (vinte) anos, a partir do segundo ano de sua emissão? “Ela teve o interesse do proprietário Célio de Bastos em negociar ela com o INCRA por ele não ter o interesse de trabalhar na área” (OLIVEIRA, 2006). Possibilitando que os acampados montassem suas barracas dentro da própria área prevista para assentar e com uma divisão preliminar da terra, antes mesmo do INCRA desapropriar e dividir, conforme podemos constatar na figura abaixo, onde o barraco de palha e madeira já está localizado dentro da propriedade e não amontado à beira da rodovia como é de costume nos acampamentos distribuídos por todo país.

FIGURA 1. Barraca de palha no acampamento Serra do Facão



FONTE: Arquivo pessoal do ex-presidente do Sindicato
Trabalhadores Rurais

Retornando ao estágio do movimento expansionista demográfico sobre terras não ocupadas, temos a figura da *frente de expansão*, a qual surge antes da demarcação territorial do homem, bem como da supervalorização da terra como bem especulativo. “Muito antes de a linha fronteira definir o limite da presença do civilizado num território determinado, à frente de expansão já se expande indiretamente empurrando os grupos indígenas mais próximos para territórios de seus vizinhos mais distantes”. (MARTINS, 1997. p. 170). Nessa modalidade, o uso privado das terras devolutas não assume a equivalência de mercadoria, nem constitui o princípio dessa instituição, nem o fim do uso privado das terras comuns ou da posse por ocupação de terras devolutas, tendo como peça relevante à presença do ocupante ou posseiro.

A dinâmica da frente de expansão não se situa num único mecanismo de deslocamento demográfico, tradicionalmente se movia e excepcionalmente ainda se move, em raros lugares, em consequência de características próprias da agricultura de roça, tratando-se de um deslocamento lento regulado pela prática da combinação de períodos de cultivo e período de pousio da terra. (MARTINS, 1997, p.175).

No ato de organização dos movimentos sociais para avanço na fronteira, os estudiosos especificam com designação em relação à diversidade histórica, como *zona pioneira* ou *frente pioneira*, relacionando-a com o surgimento do novo, tendo em vista que o processo de desencadeamento do embate social em busca de transformar a terra que era utilizada como patrimônio especulativo, em local de nova sociabilidade, principalmente incrementando meios necessários para uma modernização, novas concepções de vida e

mudança social que relacionando ao Movimento Serra do Facão, percebemos que ao tomar posse da terra que foi considerada improdutiva pelos órgãos governamentais, os assentados desbravaram as pequenas glebas e após as mudanças realizadas por cada assentado, começaram a produzir alimentos e meios de sustentação familiar, com a participação do Governo como suporte necessário para implementação dos recursos, liberação de créditos e assistência técnica, conforme afirma a assentada Veneci Basil da Costa: “A ajuda do PRONAF teve em Fazenda Nova, já construímos nossas casas, temos nosso gadinho e já foi liberado para nós mulheres também”. Conforme podemos observar na figura abaixo, o desbravamento da terra realizada pelos trabalhadores rurais.

FIGURA 2. Desmatamento do Assentamento Serra do Facão



FONTE: Arquivo pessoal do ex-presidente do Sindicato Trabalhadores Rurais

A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado, se apresentando como fronteira econômica, não coincidindo necessariamente com a fronteira demográfica, passando a propriedade como mercadoria, a qual é comprada, equivalendo à capitalização da terra em função da rentabilidade e incorporando novas regiões pela economia de mercado e apresentando em forma de fronteira econômica que aparece como figura central à propriedade privada da terra que capitalizada gera um foco de tensão envolvendo as classes sociais despossuídas.

1.1 A luta pela terra no Brasil

Na história dos embates no campo no Brasil vários exemplos foram evidentes em que um movimento em defesa de idéias foram combatidas com extrema força, às vezes de forma desproporcional. Um dos episódios famoso foi o de *Canudos*, de 1896 a 1897, onde foi envolvido metade do exército numa guerra contra milhares de camponeses na Bahia, onde os revoltosos se uniram em torno das idéias de Antonio Conselheiro, que pregava a introdução do mundo ao paraíso na terra, Nova Canaã, guerra essa que mobilizou governantes da república que reprimiu violentamente e foi imortalizada por Euclides da Cunha em “Os Sertões”. Outros episódios como *Guerra do Contestado*, onde os rebeldes se tratavam de camponeses que lutavam pela posse da terra e foi reprimida violentamente pelo exército entre 1912 e 1916, com o saldo de pelo menos três mil mortos.

Lembramos também da *Revolta de Trombas e Formoso*, que por mais de uma década, nos anos 50 e 60, implantou um território livre denominado por camponeses no centro do país, em Goiás. E relembramos também o projeto de revolução camponesa das *Ligas Camponesas*, no nordeste, onde em razão do desafio representado por esses movimentos contra a ordem estabelecida é que os episódios dessas lutas contêm exemplos de crueldade que apenas reforçam a determinação governamental em eliminar os focos de tensões e rebeliões populares, sem jamais equivocarmos em atribuir esse descompasso entre o caráter de revoltas e a repressão governamental a um exagero por parte do poder estabelecido, temos que ter em mente que as classes dominantes no Brasil, sempre tivera a consciência do *mau exemplo* que os possíveis focos de insurreição poderiam representar para o resto do país, não exitando em combater com veemência.

MARTINS (1997) aponta para o fato de que a repressão que combateu esses movimentos populares até aniquila-los foi também responsável pela politização desses movimentos, que ganharam assim uma dimensão muito maior do que os seus protagonistas poderiam prever. “Só se transformaram em lutas armadas porque seus adeptos foram atacados e atacados por razões que só mediatamente e não imediatamente tinham alguma coisa a ver com o perigo que eles pudessem representar para a ordem constituída”. Tal fato não deve ser tomado como indicio de alienação e impotência política do campesinato, o mesmo se dando no Cangaço, mais agressivo, embora pessoal. A luta era localizada porque na verdade as grandes tendências do processo político se definiam nas localidades. Canudos não era um fato perdido no sertão. O controle do poder no Rio de Janeiro, pela facção civil dos fazendeiros de café ou pela belicosa facção militar florianistas, dependia do que

acontecendo em Canudos... a intervenção militar em Canudos e Contestado, em defesa da ordem e do regime, constituiu a mediação que fez, das guerras camponesas da sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador. Não era a monarquia que os militares combatiam, como disso se deram conta muitos e muitos depressa. Era a insurreição, a subversão dos pobres no campo". (MARTINS. 1997, p. 61).

Portanto, enquanto as lutas camponesas permaneceram localizadas e os protagonistas, incapazes de formalizar em termos políticos de interesse nacional as suas reivindicações, foram obrigados a recorrer a atitudes simbólicas ou messiânica, tendo o poder central recorrido a métodos violentos com uso da força para combatê-los diretamente, pois representava perigo real, fator esse que contribuiu para a passividade dos trabalhadores do campo até período recente.

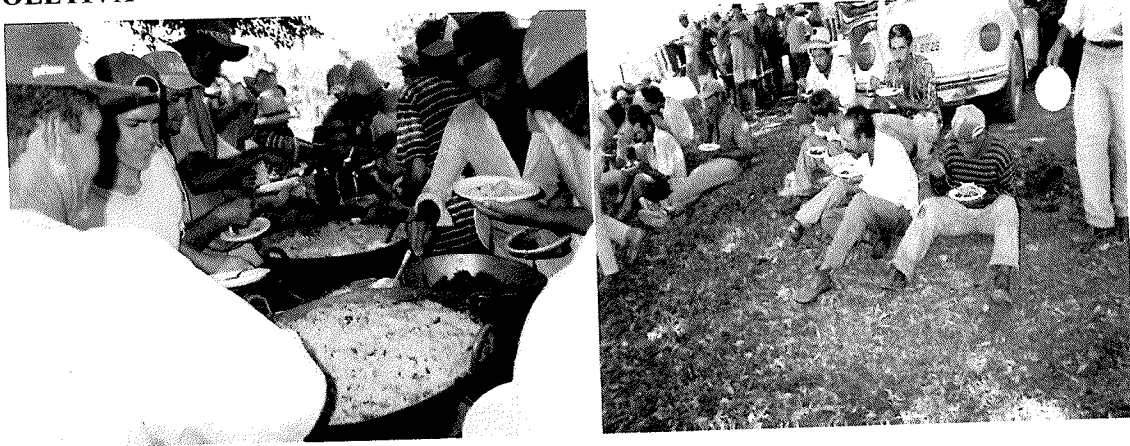
A história dos movimentos sociais no Brasil apresenta um conjunto de fatores de identificação da emergência das lutas sociais em áreas rurais, empreendidas pelos chamados sem-terra, como as mais emblemáticas e distintivas lutas sociais inesperadas, buscando possibilidades de organização política conseqüente por parte de trabalhadores rurais e camponeses, pertencendo aos processos pelos quais uma sociedade produz sua organização a partir de seu sistema de ação histórica, passando através dos conflitos de classes e das transações políticas, ou seja, uma concisa história, destacando os determinantes originais que produziram o protesto social, sintetizando os dilemas vividos e salientando os aspectos críticos e controvertidos de sua ação política.

Essa ação coletiva conflitante, luta pelo controle do sistema de ação histórica, buscando no referido campo de conflito, a organização de algo que julga estar desigual, primando então para a reivindicação orientada inicialmente nos protestos modernizadores de luta contra um adversário, mobilizando então a coletividade para desorganizar o sistema que julga incompatível para atender as necessidades e posteriormente parte para a reorganização nos moldes e aspirações desejadas.

Relacionamos com clareza a ação dos trabalhadores rurais do Assentamento Serra do Facão, que inicialmente se organizaram sob a liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fazenda Nova e iniciaram um embate contra o latifúndio em busca de terras para assentamento. Em seguida, a organização do movimento parte para pleitear junto aos meios burocráticos do sistema, conquistarem a terra almejada, considerada inicialmente pelos atores (trabalhadores rurais) como improdutiva, contrária à sua concepção de utilidade, partindo então, e organizando para o processo de pedido de desapropriação do proprietário e apropriação dos trabalhadores, vislumbrando inicialmente a desorganização da terra improdutiva, e, conseqüentemente, tornarem-se pequenos produtores, conforme afirma um dos entrevistados e assentados, demonstrando que apesar de pacífica a ocupação através de desapropriação da fazenda, após tomar posse os assentados desorganizaram o local que encontraram e passaram a reorganizar de acordo com o objetivo de cada trabalhador rural, conforme afirma o assentado Lindacir Rodrigues da Silva (2006):

A ocupação foi pacífica, partindo do Sindicato Rural, ele convocou as pessoas que acharia que era por bem para ocupar a fazenda, de acordo com o próprio fazendeiro, e aí ocupamos e não tivemos confronto nenhum, e daí pra cá correu tudo bem.

FIGURAS 03 e 04. REUNIÃO DOS ACAMPADOS SERRA DO FACÃO PARA REFEIÇÃO COLETIVA



FONTE: Arquivo pessoal do ex-presidente do Sindicato Trabalhadores Rurais

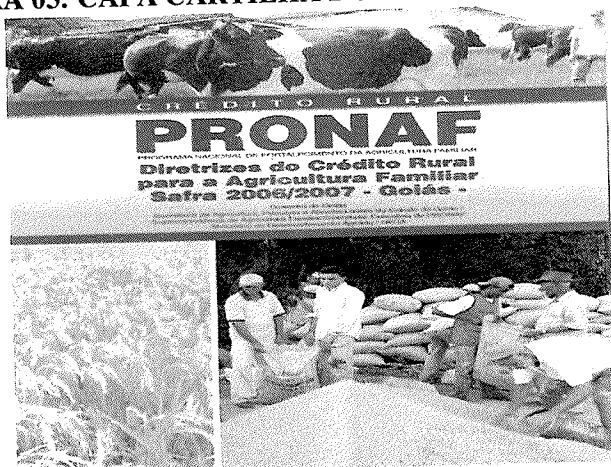
A conseqüente expansão do capitalismo no campo se fez de forma complexa, desigual e contraditória desenvolvendo e implantando o trabalho assalariado, incluindo o camponês como um ser social integrante do capital, a mercê da especulação do capitalista que representa a imagem do proprietário da terra. Portanto, é freqüente que determinados movimentos sociais apóie sobre eles, na busca de mecanismos de sustentação operacional que visam organizar e dinamizar suas ações e estruturas. Nessa dinâmica, toda ação ou condutas coletivas demonstra a capacidade que o movimento social possui de mobilizar um grupo ou uma coletividade por uma luta contra um adversário e pelo controle da mudança.

No Brasil, o incremento do capitalismo promovido pela burguesia solidificou ainda mais o entrave que a propriedade privada da terra trouxe ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, deixando em evidência a acentuada extensão territorial de propriedades privadas, empurrando concomitantemente, uma parcela cada vez maior da

população para áreas urbanas, gerando massas, cada vez maiores de pobres e miseráveis. Porém, a partir da década de 90, os estabelecimentos agropecuários conheceram uma redução decorrente de crise vivida pela agricultura, mas, sobretudo pelos processos derivados do crescimento da luta pela terra exercida através da pressão social, promovida pelos movimentos em luta pela reforma agrária, levando os proprietários a não mais ceder suas terras aos arrendatários, parceiros ou posseiros.

Em decorrência da organização social dos movimentos de luta pela terra, algumas razões organizacionais foram colocadas em prática. Os camponeses passaram a lutar no Brasil para entrar na terra para se tornarem camponeses proprietários e lutarem a fim de permanecerem na terra conquistada como produtores de alimentos primordiais e essenciais para a sociedade, mesmo, às vezes, tendo que enfrentar a máquina burocrática governamental, conforme aponta os assentados que um dos meios de liberação de crédito é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), um programa do governo federal que busca promover o desenvolvimento social e econômico dos agricultores familiares, conferindo a eles crédito rural, capacitação, assistência técnica, extensão rural, desenvolvimento de pesquisa agropecuária, desenvolvimento de políticas públicas e infra-estrutura, que apesar de burocrático, é uma luz no fim do túnel para os pequenos produtores rurais, de acordo com Pedro Rodrigues de Carvalho, assentado, “o PRONAF para nós no assentamento tem as burocracias do banco mais não é tão custoso não, pois facilita, compra gado, nós produzimos o leite, então o PRONAF é boa coisa.”

FIGURA 05: CAPA CARTILHA DO PRONAF SAFRA 2006/2007



FONTE: Arquivo pessoal

Devido a esses fatores, a luta pela terra exercida pelos camponeses, possuem características peculiares, tornando uma época de consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social, portanto, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas que impedem o progresso do capitalismo no campo. Ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso a terra como proprietários, sendo, pois, desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir acessa-la fazendo com que no interior dessas contradições surja os movimentos sociais de luta pela terra, e, com eles os conflitos, a violência. Apesar de não constatar atos violentos acometidos em decorrência do Movimento Serra do Facão, percebemos que o conflito não deixou de existir, pois além de idéias discursivas entre os próprios acampados a contradição ideológica entre o proprietário e os sem terra foi evidenciada no momento de transformação da propriedade de aproximadamente 120 alqueires em glebas de aproximadamente seis a nove alqueires cada.*

* Um alqueire equivale a 4,8ha.

Com a denominação de posseiros que também faz parte da parcela dos sem terra, os quais historicamente lutam contra a expropriação gerada pelos latifundiários, ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região. Onde os conflitos sociais no campo, no Brasil, não são exclusividade de nossos tempos. São marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país.

Os movimentos de luta pela terra, após os inevitáveis e históricos surgimentos das ligas camponesas que incrementaram suas ações principalmente no nordeste brasileiro, se viram sufocados pelo golpe militar e com o advento da violência gerada pelo sistema que adiou o anseio de liberdade do morador sujeito dos latifúndios armados, mas, em seu favor ocorreu o surgimento de confederações, federações e sindicatos, que passaram a articular com representatividade as ações dos trabalhadores rurais, mesmo que o Estatuto da Terra representasse uma espécie de bandeira militar levada ao campo em luta para impor a paz na terra, não permitindo sequer que se tornasse plano, pois havia o fosso controlado pelos especuladores rentistas com expressiva voz no Congresso Constituinte que não abriram mão da necessidade de se implantar no campo o princípio legal injusto e ilegítimo da justa e prévia indenização em dinheiro da terra e das benfeitorias.

A luta pela terra movida contra a expropriação dos trabalhadores do campo estava submetida a obter a liberdade e o acesso a terra, mesmo que tenham que migrar em busca do espaço distante, ou seja, suscetível o trabalho livre, liberto e com a possível terra livre, onde os retirantes em busca da liberdade, muitas vezes negando o rumo a proletarização e

buscando na aventura em direção a fronteira, força para recuperar a condição de trabalhador rural.

O século XX, tem sido rico em exemplos de luta pela terra e dois processos têm atuado no sentido de soldar o movimento dos camponeses no Brasil. De um lado a tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra os fazendeiros grileiros. De outro, o movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados. (ARIOVALDO, 1988, p. 22)

Desde a liquidação de reforma agrária deflagrada a partir de 1969, as estatísticas com referencia à violência no campo aumentaram substancialmente, porém com esse acréscimo, a busca pela mudança nas injustiças quanto à distribuição de terras no país também aumentaram, revelando a necessidade igualmente histórica de reforma agrária, reivindicada pelos trabalhadores rurais já organizados, com o propósito de ampliar as possibilidades de aumento na produção de alimentos para o país, tendo inclusive como instrumento de contenção do êxodo rural.

A busca incessante de mudanças e reorganização do sistema, às vezes pautadas em lutas contra o passado, o qual representou desigualdades sociais alarmantes e muitas menos contra seu novo adversário que já detém o poder legal sobre a terra e já está enraizado no sistema, visava alcançar o controle do mesmo sistema. "A nova classe dirigente está, então, muitas vezes mais ocupada em lutas contra o passado do que contra seu novo adversário".(TOURAINÉ, 1977, p. 290).

Nos pormenores, percebemos algumas dificuldades em teorizar sobre a organização de movimentos sociais no campo e sua participação na vida política nacional, inicialmente

devido a grande diversidade de denominações que são atribuídas a esses movimentos, e, por conseguinte, principalmente até a metade de 1950, o termo de “camponês”, praticamente não era utilizado, onde o pequeno produtor agrícola de gêneros de subsistência recebia adjetivos adversos, como: “matuto, caipira, homem do campo, colono, lavrador, agricultor de subsistência e o mais recente e desenvolvimentista ‘produtor de baixa renda’”, (PALACIOS. 1993. p, 72) sendo necessário que o próprio sujeito da oração assumisse o termo camponês na sua conotação política de ligas, movimentos e lutas. TOURAINE (1997) procura definir um movimento social como a “combinação de um princípio de identidade baseado na organização a partir da consciência e interligado ao conflito que constitui e organiza o ato”.

O movimento social para TOURAINE (1997), é uma conduta coletiva que se difere dos demais através de suas peculiaridades, como concepção social e humana, se valendo dos princípios de justiça, igualdade, liberdade e felicidade. Mas, se imaginarmos o movimento social como o confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade, definiremos o contramovimento ao qual ele se opõe, ou seja, coloca em causa a dominação da classe dirigente. Portanto, o movimento social é a combinação de um princípio de identidade que é a consciência da organização na formação do movimento como prática das relações sociais, caracterizando a constituição do conflito e a organização do ator, do princípio de oposição que decorre da organização e identificação do seu adversário, mediante a confrontação pressentida pelo ator como uma força social colocada em causa as orientações gerais da vida social, e, por fim o princípio da totalidade, nada mais sendo que o sistema de

ação histórica, cujos adversários situados na dupla dialética das classes sociais disputam entre si a dominação.

1.2 A luta pela terra no Movimento Serra do Facão

O município de Fazenda Nova, Estado de Goiás, é uma típica urbe interiorana, pacata, ordeira, onde reside uma população que em grande número vieram do Estado de Minas Gerais, está situada a aproximadamente 200 (duzentos) quilômetros de Goiânia, criado através da Lei 831, de 20 de outubro de 1953, foi desmembrado do município de Goiás, onde o povoado se chamava Paulápolis, em homenagem ao Sr. José de Paula Ramos, considerado fundador do município, ou antigo Povoado de Campão, surgido em 1945, quando a exploração de minérios preciosos estava reduzindo as atividades, surgindo então a necessidade de novos métodos econômicos, incrementando então a pecuária e a agricultura. (SILVA, 1980, p. 27). No município atualmente está contido os Assentamentos Serra do Facão, Mamoneira e Nossa Senhora de Fátima, os quais foram devidamente enquadrados no processo legal de reforma agrária pelo INCRA, e, estão compostos por famílias oriundas do município e região, tendo além dos assentamentos, o total de 07 (sete) acampamentos localizados às margens das rodovias que cortam o município, aguardando os trâmites legais de desapropriação e concessão de posse pelo órgão competente.

O Assentamento Serra do Facão teve seu marco inicial com o acordo realizado entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fazenda Nova, trabalhadores rurais sindicados e o

proprietário da Fazenda Serra do Facão, senhor Célio de Bastos, que tinha o propósito de negociar a propriedade rural para a colonização junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), portanto não ocorreu a necessidade de ocupar, mas para PESSOA (1999) é uma ação sacralizada, “esse caráter sagrado da terra” como raiz da “visão ruralista”. E, as ocupações de fazenda caracteriza-se como uma tentativa politicamente organizada de interceptação da trajetória de subalternização. Apesar de MARTINS (1997) apropriar do conceito de camponês como classe subalterna, o homem do campo está no mundo subalterno tanto em relação à expropriação, exploração, discriminação social do dia a dia, mas também em relação a falta de compromisso dos órgãos burocráticos governamentais e judiciais, no ato de julgar os processos de desapropriações com agilidade e objetividade, resultando também na exclusão econômica e política. Indagado sobre a solução para a reforma agrária, Irineu Pereira Gomes, ex-presidente do sindicato rural, afirmou que:

A solução é que o governo não judiasse com as crianças e nem com os trabalhadores acampados na beira da estrada, era o governo intervir junto aos latifundiários e apanhar a terra para os trabalhadores e fazer uma seleção mais criteriosa nos trabalhadores e deixar os movimentos sindicais escolher os trabalhadores para poder assentar, porque é o único que conhece os trabalhadores no município são os sindicatos e a igreja e que essa seleção não fosse feita pelo funcionário do INCRA. (GOMES, 2006).

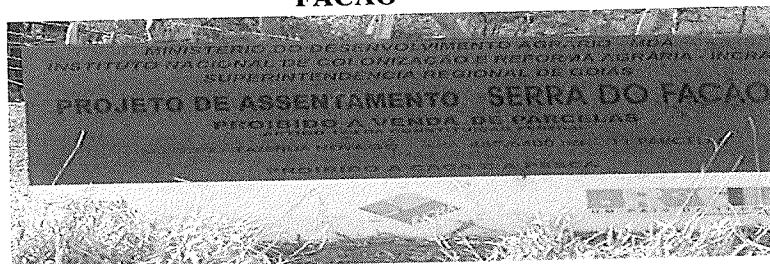
A denominação Serra do Facão se deu em decorrência da região localizada estar situada a referida serra. No ano de 1996, iniciou o acampamento na sede da fazenda, às margens do Córrego Barreirão, distante 24 quilômetros da zona urbana do município, com a participação de 36 famílias, todas com a finalidade de se assentarem na fazenda com extensão territorial de 458.6400 hectares. Em 1998, baseado no artigo 184 da Constituição

Federativa do Brasil, o INCRA sacramentou o Assentamento Serra do Facão, em conformidade ao caput do artigo citado acima onde menciona:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Conforme figura 01 com a placa de inauguração do Assentamento Serra do Facão:

FIGURA 06: PLACA DE INAUGURAÇÃO DO ASSENTAMENTO SERRA DO FACÃO



FONTE: Arquivo pessoal

O INCRA após o decorrer do processo legal, desapropriou a fazenda em tela e assentou 11 das 36 famílias, com glebas individuais equivalentes de 06 a 09 alqueires cada, separando a sede da fazenda onde se tornou a sede da Associação Serra do Facão, tendo das 25 famílias restantes, algumas já haviam retornado para a zona urbana e desistido do sonho de assentar e 06 famílias foram deslocadas para o acampamento Nossa Senhora de Fátima que posteriormente se tornou Assentamento Nossa Senhora de Fátima, localizada também no município de Fazenda Nova. Para representar bem a exclusão da maioria dos acampados no projeto do Assentamento Serra do Facão, PESSOA (1999, p. 129) menciona que: “é o

versículo bíblico (Mt 22.14*) que aqui parece se aplicar e que já foi lembrado em centenas de reuniões e celebrações nas barracas de lonas pretas do acampamento”. Interessante observar também que de forma legal essa exclusão está prevista no Decreto Federal nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, no seu artigo 64, onde menciona que:

As parcelas em projetos de colonização federal serão atribuídas a pessoas que sendo maiores de 21 e menores de 60 anos, preencham as seguintes condições:

- I – não sejam: a) proprietários de terreno rural; b) proprietários de estabelecimento de indústria ou comércio ou comércio; c) funcionários públicos e autárquicos, civis e militares da administração federal, estadual ou municipal;
- II – exerçam ou queiram exercer atividades agrárias e tenham comprovado vocação para seu exercício;
- III – comprometam-se a residir com sua família na parcela, explorando-a direta e pessoalmente;
- IV – possua boa sanidade física e mental e bons antecedentes;
- V – demonstre capacidade empresarial para gerência do lote na forma projetada.

Mas, esses critérios às vezes não são devidamente aceitos pelos acampados como forma justa de promover a reforma agrária, como relata o Irineu Pereira Gomes, ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Fazenda Nova:

O INCRA que vem aí e às vezes tira um trabalhador que é trabalhador e põe um que nunca foi trabalhador, é aí onde justifica que eles vende as glebas de terra porque não é as entidades que conhece o trabalhador e faz a seleção, isso é uma maltratação que o INCRA produz com o trabalhador, se deixar para o sindicato ou o que seja para as autoridades do município escolher as pessoas que precisam ser assentados que sabe que é trabalhador, aí a reforma agrária tava bem.

Com a definição do assentamento, as incertezas e inseguranças se dissipam, o começo da produção adquire sabor de conquista dos objetivos alimentados durante o processo de acampamento como afirma Pessoa.

* Porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos (Mateus 22:14).

Aproveitando a oportunidade vitoriosa dos assentados, outras famílias no ano de 2005, obtiveram o apoio dos já assentados e estão acampados na sede da Associação Serra do Facão, inclusive denominaram o acampamento com a mesma nomenclatura do assentamento, conforme figura abaixo:

FIGURA 07: NOVO ACAMPAMENTO NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO SERRA DO FACÃO



FONTE: Arquivo pessoal

A idéia de acampar se baseia no desejo de melhoria social, porém, não devemos abster da idéia de um novo plano ou modelo social a nível institucional ou de organizações sociais, pois devemos ter em mente a idéia de uma negociação ou pressão política como complemento para modificação da gestão da sociedade.

O essencial não é reconhecer que um movimento social não é a expressão de uma contradição; ele faz explodir um conflito. É uma conduta coletiva orientada, não no sentido dos valores da organização social ou no sentido da participação em um sistema de decisão, mas no sentido do que está em jogo nos conflitos de classes, isto é, de ação histórica, como destaca TOURAINE (1997). Isso significa que necessário se faz interpelar quais as razões e fatores antagônicos que os atores estão evidenciando, pois a existência de um movimento

social é acima de tudo, objeto de visões opostas, com questionamentos freqüentes da definição social do país.

A decisão de lutar pela posse da terra decorreu do agravamento da situação vivida conforme afirma os assentados em entrevista, e para PESSOA (1999), fazendo uma distinção entre a luta pela terra e luta pela reforma agrária, diz MARTINS (1997) que a luta pela terra toca mais profundamente a estrutura social e a luta pela reforma agrária expressa uma certa conciliação, um acordo com as outras classes (PESSOA. 1999.p. 111), onde a mobilização resultante do contexto foi favorável em decorrência do interesse de ambas as partes, proprietário da fazenda com interesse de comercializar a propriedade com o INCRA e dos trabalhadores rurais com uma visão social de mundo em que suas aspirações e necessidades possam ser contempladas.

A união demonstrada na organização antes do deslocamento para o acampamento organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, inclusive com escolta da força pública que não mais perseguia, foi salutar para a vitória dos trabalhadores rurais, conforme afirma o ex-presidente do sindicato:

A mudança foi muito grande, porque naquela época da ditadura, mesmo se a autoridade quisesse ajudar era obrigada a fazer o serviço, hoje não, agente tem o apoio da autoridade, apoio lá de cima, como era de primeiro que o apoio que agente recebia era jagunço e a policia batendo na cacunda da gente. Aí agente agradece muito a Deus e alguns companheiros que a coisa mudou que hoje não há problema para fazer o trabalho, fazendo honesto não tem barreira. (GOMES, 2006).

Essa união foi demonstrada inclusive nos primeiros meses de acampados, onde as tarefas de acampados foram distribuídas eqüitativamente, com produção de subsistência,

conforme afirma o ex-presidente do sindicato, mas após a perspectiva de assentar parte dos acampados, pois o número de vagas existentes era insuficiente para atender a demanda, ocasionou o rompimento da homogeneização obtida no início do processo de luta:

Eu tava a frente do sindicato como presidente, agente acompanhou, morava lá dentro do acampamento, os companheiros lá foi um problema muito sério, porque agente sabe que quando mexe com gente é muita encenquinha, um puxando para o seu lado, outro puxando por outro, mas o melhor que achei é agente no primeiro ano que nós fomos para lá era vinte e duas famílias, nós derrubamos capoeira e produzimos cento e vinte dois carros de milho e quatrocentos e cinquenta sacos de arroz e isso foi uma união tocada através de comunitário, essas coisas, no outro ano agente colheu noventa carros de milho e seiscentos sacos de arroz, e foi colhendo assim, produziu a união de produção, essa era um dos pontos positivos que agente achou, tendo pessoas pra ajudar, equilibrar, produz. (GOMES, 2006).

FIGURAS 08 E 09: COLHEITA COMUNITÁRIA DOS ACAMPADOS DO PROJETO SERRA DO FACÃO



FONTE: Arquivo pessoal do ex-presidente do Sindicato Trabalhadores Rurais

Com a formulação da política de assentamento promovida pelo INCRA, na desapropriação da Fazenda Serra do Facão e na postulação de integração dos esforços

institucionais, para estabelecer os beneficiários, com uma organização que facilitasse a consolidação do assentamento Serra do Facão, os assentados começam a ter maior clareza do comportamento dominante que os subordina e proletariza, aumentando inclusive a percepção crítica.

Vale a pena salientar que os países considerados desenvolvidos democratizaram o acesso à posse e ao uso da terra como meio de produção, e no Brasil, isso proporcionaria a milhões de pessoas que vivem no campo, o acesso a moradia, alimentação e trabalho por uma vida melhor.

CAPÍTULO 2 – O ESTADO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

No segundo capítulo abordaremos a figura do Estado no processo de modernização que resultou numa substancial transformação no campo e modificou o espaço rural numa extensão do mundo urbano, mesmo que marcado por desigualdades, mantendo os privilégios dos grandes latifúndios e desprezando o destino dos não contemplados pelas transformações, colaborando para o acréscimo da concentração de terras, dando espaço inclusive para o surgimento de novos latifúndios. Com a modernização promovida pelo Estado com seu papel de fundamentação e possuidor das políticas públicas, permaneceu o conflito social, bem como a espoliação do campesinato brasileiro.

A partir da nova república, com a mobilização dos setores urbanos pelas reformas de base e a reforma agrária estava junto com essas reformas, essa temática passou a compor agenda governamental, pois assumiu conotações sociopolíticas. “Em 1980, a reforma agrária é uma proposta isolada e os trabalhadores urbanos precisam ser convencidos das suas vantagens, pois são apenas diretamente beneficiados por ela (GRAZIANO. 1986, p. 67)”. FERREIRA (1994) acrescenta que no início dos anos 90, o processo de reforma agrária no Brasil foi um pouco esquecido devido vários fatores, dentre eles a crise econômica que resultou em prolongamento da recessão que desemboca no desemprego, principalmente da população urbana. Aliado a isso estava o movimento sindical desorganizado e fragmentado, onde buscava atingir interesses incomuns localizados e deixava de lado a questão agrária.

De acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovada pelo Presidente da República em 10 de outubro de 1985, com previsão de vigorar nos quatro anos seguintes, previa assentar 1,4 milhão de famílias de trabalhadores na terra, em área prevista de 43 milhões de hectares, porém destes, foram assentados 89.950 famílias, cerca de 6,4 % de trabalhadores da meta estabelecida em 1,5% da área prevista, obtidos através de desapropriações e compra, porém esse número de famílias assentadas saltou para 114.140 famílias, devido os projetos de assentamentos realizados pelos Governos Estaduais no período. Nessa análise, devemos levar em conta que no Brasil à época estava em evidência o processo constituinte e a reforma agrária era algo que chamava a atenção, principalmente para os meios de comunicação. Aliado a esse contexto vivenciava também o recrudescimento da violência rural e as posições da UDR que acabara de ser criada,

influenciando inclusive na vida social do movimento social de luta pela terra promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fazenda Nova, como destaca o ex-presidente Irineu Pereira Gomes:

A UDR era quem defendia mais as fazendas, eles era rancoroso, na época que eles compraram armamento para poder fazer, para barrar os trabalhadores, fizeram leilão de boi pra barrar os trabalhadores, mas os trabalhadores não amedrontou nada porque tava querendo, era deprimida a situação, não tinha condição de viver, não tem emprego, não tem nada e aí eles falaram vamos enfrentar e enfrentamos, aí Deus ajudou também que passou aquele fogo, as autoridades foram aderindo o movimento.

O INCRA, órgão competente para decidir sobre a questão agrária no Brasil foi desmoronando com reformas administrativas, redução dos quadros de profissionais técnicos, e dotação orçamentária, no Governo Sarney, sendo inclusive extinto e retornado pelo Congresso Nacional posteriormente com vinculação ao Ministério da Agricultura. FERREIRA (1994) relata também que já no Governo Collor a partir de 1990, a quantidade de famílias assentadas foram relevantes, principalmente no primeiro ano, perfazendo a quantidade de 15.268 famílias beneficiadas, mas deixa claro que foi resultado de processo de desapropriação dos anos anteriores e em decorrência do estoque de terras em poder do INCRA, porém no decorrer dos anos a meta atingida não sequer aproximou ao prometido na campanha de 1989, quando anunciava assentar 500 mil famílias. Apesar de em 1991, assentar 14.493 famílias.

2.1 – A visão do Estado sobre a reforma agrária no Brasil

Percebemos que governos se passaram, alguns utilizando a reforma agrária como tema relevante nas campanhas eleitorais, onde prometiam assentar quantidades de famílias sem conhecimento prévio e após assumir a direção do país, simplesmente esqueciam o prometido e assentavam um número ínfimo. Aliado a isso está o processo reformador, onde os governos simplesmente não continuam o projeto do antecessor, preferindo recomeçar e com isso fica de lado o propósito inicial que é promover uma reforma agrária mais justa e necessária, ficando em evidência somente a encenação.

A estrutura fundiária no Brasil ainda é uma incógnita, pois a identificação real do espaço fundiário e de seus detentores, bem como a forma com que ocupam e exploram as propriedades rurais é desconhecida ou pouco conhecida, tendo o INCRA a responsabilidade legal de atualizar o Cadastro de Imóveis Rurais, através de informações recebidas das Superintendências Estaduais e dos censos demográficos e agropecuários realizados pelo IBGE, porém, observamos na afirmativa de FERREIRA (1994) que muitas dificuldades ainda devem ser superadas para implementar uma proposta de reforma agrária capaz de transformar a estrutura fundiária no Brasil, devendo ser observado principalmente o acréscimo da produção, a obtenção de renda na agricultura e a garantia da equalização das oportunidades.

Na ordem jurídica, o conjunto de leis sobre as possibilidades e condições de acesso a terra para fins de reforma agrária, atesta a primazia da elite latifundiária de interpelar os recursos previstos como forma de se opor ao processo de reforma com o objetivo de manter

intacto os seus interesses e direitos constitucionais à propriedade, sempre que esses direitos forem ameaçados.

Parece que a boa lei de caráter social é aquela que nunca é aplicada ou aplicável, como o Estatuto da Terra, que padeceu dessa ambigüidade desde a sua promulgação. Daí terem-se gasto anos discutindo se a política agrícola continha a política agrária ou vice-versa. Para alguns, o Estatuto da Terra, mesmo tendo vindo à luz sob um governo ditatorial, constituía ameaça inaceitável ao direito de propriedade. Para outros, essa mesma origem era a melhor garantia de que *não era pra valer*". (FERREIRA. 1994. p. 37).

Talvez poderíamos imaginar tanto o Governo quanto os Movimentos Sociais, como possíveis adversários em campos opostos, mas não como inimigos um respeitando o outro, seria um erro estratégico um tentar eliminar o outro, pois os Movimentos Sociais de Luta pela Terra precisa do Governo e este em hipótese alguma não poderá ignorar a existência dos movimentos quanto representatividade social e política organizada, que necessita do intermédio governamental para atingir os seus objetivos, pois apenas o Governo poderá desapropriar terras, conceder indenizações, garantir créditos aos assentados, estabelecer uma política agrária e executá-la, ou seja, é o único ator que pode conciliar os interesses em jogo e impedir que o conflito entre os proprietários de terra e os trabalhadores sem terra se radicalize, do outro lado, sem a figura dos movimentos sociais organizados certamente o número de conflitos e violências fatais no campo seria muito maior, porque o ato de organização conduz a uma representatividade maior e para o governo não é interessante as ações violentas e conflituosas com baixas de trabalhadores rurais pertencentes a algum movimento, como aconteceu com o *Massacre de Eldorado dos Carajás*, ocorrido em 17 de abril de 1996, pois terá repercussão muito maior que uma simples morte de um trabalhador isolado, sem representação.

Ao entrevistar os assentados do Movimento Serra do Facão e o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fazenda Nova, repetimos uma pergunta a respeito dos demais acampados, *qual o destino dos trabalhadores acampados não contemplados com o Assentamento Serra do Facão?* Onde percebemos que apesar de inicialmente estarem unidos por um mesmo objetivo, após o ato de assentarem-se os objetivos se dividem e cada qual busca o seu lugar ao sol.

Trinta e seis famílias ficaram acampadas e as dificuldades que agente encontramos aí foi o objetivo de todos acampados era o mesmo objetivo e na época a terra não comportou todos os acampados e daí agente teve que alguém desistir dos seus objetivos, está hoje das trinta e seis famílias, somente onze famílias assentadas, isso foi uma grande dificuldade que agente encontrou e corremos atrás de um objetivo e no mesmo tempo a gente já tava demandando com os próprios companheiros para ser pleiteado com a vaga no assentamento (GOMES. 2006).

Esse relato mostra que diante da dificuldade em dismantelar o grupo que se forma com a ocupação de terras e o surgimento do acampamento, o Governo tem duas opções de ação. A primeira delas é o cadastramento de famílias sem terra interessadas em receber um lote em um assentamento de reforma agrária, o objetivo é distribuir as famílias e transformar a luta de massa do acampamento como um todo em uma demanda individual de cada família acampada. A idéia central é que o Governo poderia, assim, decidir quem são as famílias que serão reunidas em cada assentamento. A segunda forma de atuação do Governo, no sentido de evitar que o acampamento seja formado, é proibir a desapropriação de uma terra enquanto a mesma estiver ocupada e durante os dois anos subseqüentes à ocupação.

Entre a figura do Estado e os Movimentos Sociais está contido um mecanismo de pressão e às vezes serve de suporte para agilização dos procedimentos necessários para acelerar e atender as reivindicações dos trabalhadores rurais, ou seja, a Opinião Pública, o qual não constitui um ator político, mas tem se revelado um elemento importante para as decisões do Governo e também para tomadas de posição de representantes do legislativo. Afirmo BOURDIEU (1989): “as manifestações bem sucedidas não são necessariamente as que mobilizam o maior número de pessoas, mas as que atraem maior interesse entre os jornalistas. Exagerando apenas um pouco, poder-se-ia dizer que cinquenta sujeitos inteligentes que conseguem obter cinco minutos na televisão para um *happening* bem sucedido podem produzir um efeito político comparável ao de meio milhão de manifestantes”. (apud HOBBSAWAN, 1994).

Desta forma observamos a articulação e organização dos movimentos sociais de luta pela terra, que na atualidade em seus quadros existe a função dos estrategistas que atentam que um acampamento às margens da rodovia poderá ter mais visibilidade do que no interior das terras, bem como acampar em frente aos prédios públicos, agências bancárias e palácios governamentais.

Para relacionarmos a premissa resultante da definição estatal sobre o quesito reforma agrária, inicialmente devemos atentar para o entendimento clássico a respeito de reformar a situação agrária, separar esse quesito do ato de assentar ou colonizar; reformar no conceito básico seria reorganizar algo e para Linhares, ao tempo em que a agricultura era a atividade básica e dominava o conjunto da sociedade, quando o campo e seus habitantes não respondiam adequadamente a tais exigências, ou só respondiam

parcialmente, surgia uma *questão agrária*. A associação da estrutura de posse e o uso da terra e as formas de organização do trabalho caracterizam o termo agrário, segundo LINHARES & TEIXEIRA (1999). No Brasil, o capitalismo reforçou a tendência histórica da grande propriedade e da expropriação do trabalhador e sua família, ao tempo que a agricultura era a atividade básica e dominava o conjunto da sociedade, tínhamos a presença das desigualdades e injustiças, opondo senhores e camponeses; agora, com a generalização do capitalismo, somar-se-iam a um fundo de injustiças sociais as necessidades exigidas pelo capitalismo ao campo. Quando o campo e seus habitantes não respondiam adequadamente a tais exigências, ou só parcialmente, resultava na questão agrária, segundo LINHARES & TEIXEIRA (1999).

O INCRA que é o órgão oficial representante do governo que lida diretamente com os movimentos sociais e com as questões agrárias procura atentar para a integração entre os demais órgãos governamentais e com os movimentos, discutir os fatores peculiares e regionalizados de cada grupo de trabalhadores que almejam assentar-se, conforme relata o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fazenda Nova, a respeito da participação do INCRA e da igreja no processo de efetivação do Assentamento Serra do Facão.

O apoio da Igreja foi muito grande, o governo foi um apoio mais logo e o INCRA recebeu tudo mastigado, toda a documentação das coisas aqui de Fazenda Nova, ele recebeu até a cadeia dominial que é feita no Fórum foi feita por conta do trabalhador, agora o que agente pensa é que após esses assentamentos que o primeiro que teve aqui, teve ajuda do governo, teve o PRONAF A, o PRONAF B, tem o FOMENTO, eles deu algumas coberturas de cestas nesses acampamentos, isso através do Governo Federal, e, ajudou nessas coisas, agora ajuntar e se envolver foi muito

pouco, porque os trabalhadores é acostumado a trabalhar mandado e aí ele foi trabalhar como dono da terra e administrar todos os bens deles e alguns deles encontrou dificuldade para administrar aquele dinheiro que veio do governo que é o PRONAF A, por exemplo, hoje ele tá R\$19.000,00 (dezenove mil reais), o primeiro veio R\$6.000,00 (seis mil reais), dava pra comprar muitos trem, muitos nego ficou meio babacado com aquele dinheiro, o FOMENTO era R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), naquela época, e aí pegou muito dinheiro e muitos trabalhadores eram costumados trabalhar de empregado por dia, não agüentou ficar lá dentro da terra e gastou os recursos comprando carro velho, essas coisas, não soube aplicar, agora tem trabalhadores que está bem, porque soube aplicar e segurar, mas o governo ajudou muito, escorado nos primeiros anos.

Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, necessário se faz abandonar o papel de “*Estado dentro do Estado*”, pois não é função do INCRA a construção de escolas, postos de saúde, e, essa responsabilidade de prestação desses serviços básicos nos assentamentos é do mesmo órgão responsável em outras localidades. A divisão de responsabilidades é pertinente para atender e garantir com eficácia as ações de execução, observando os princípios de racionalidade e objetividade, que envolve programação e utilização dos recursos seja material, financeiro ou humano, buscando a maximização do uso; aliado a isso a objetividade, que procura respeitar a realidade de acordo com os beneficiários e instituições e em consonância segue a participação, que é a integração dos esforços de ambas as partes interessadas que se orientam para a construção da comunidade, necessitando, portanto, a atuação de forma organizada.

Amazônia, a articulação entre a ação governamental e o setor agrário privado criou uma junção de interesses visando os estímulos estatais.

No Governo Sarney, com a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), atentaram para uma neutralização de determinados setores, visando atingir as propriedades rurais que não tinha função econômica e que visava somente a especulação, meta essa que também objetivava a contenção do processo de expansão do latifúndio, utilizando como argumentos de contenção a tributação, instituição de área máxima, correção das políticas setoriais, alteração na política de incentivos fiscais, redirecionamento da concessão do crédito rural, atendimento às demandas sociais mais urgentes, combate à violência no campo e solução de conflitos, além de desapropriação de áreas de conflitos.

Como as mudanças têm resistência, com o plano não foi diferente, a visão contrária dos grandes proprietários fez com que o conceito de ausência de função econômica se transformasse em produtividade. Mas, se o processo de modernização do setor agrário promovido pelo governo ocasionou uma aglutinação de interesses no relacionamento com a terra, entre o público e o privado, por outro lado, com a expulsão dos trabalhadores rurais de dentro dos grandes latifúndios, fez com que a emergência de uma rede sindical, bem como movimentos de luta pela terra viessem à tona, questionando até mesmo as formas de dominação exercida sobre a classe trabalhadora. Se naquela época a reforma agrária se colocava socialmente como uma questão que envolvia fundamentalmente latifundiários e camponeses e, apenas a partir deles, atingia outros setores da sociedade, hoje ela envolve, de imediato, interesses de diferentes segmentos sociais, para os quais, por uma razão ou por outra, a terra se tornou estratégica; “e nos remete automaticamente à questão do modelo de

desenvolvimento econômico-social adotado”. (PALMEIRA. 1994. p. 964.). Ficando evidente que um dos passos para a promoção de uma ampla reforma no setor rural e nas desigualdades sociais na terra, necessário se faz a derrubada da supervalorização da terra no Brasil.

2.3 – A reforma agrária na ótica do Assentamento Serra do Facão

Como destacado no item 1.3 do capítulo 1, pretendemos agora expor de que maneira a reforma agrária se forma no Assentamento Serra do Facão e qual o impacto econômico e social no município de Fazenda Nova. Conforme constatado na primeira ata de reunião dos trabalhadores rurais, no dia 21 de março do ano de um mil novecentos e noventa e oito, às 13:00 horas, teve início a primeira assembléia geral dos trabalhadores com o propósito de fundar a Associação Serra do Facão, primeiro passo de organização do grupo cooperativo para lutar pelos seus ideais e fincar as raízes do progresso por eles considerados, conforme relata na Ata de Reunião da fundação (1998, p. 1) “vários oradores se fizeram ouvir, todos defendendo a tese da fundação da AASEF, para melhor defesa dos interesses da categoria, no usufruto de seus direitos e submissão aos deveres”. A partir do pontapé inicial de organização do movimento para melhoria das condições de assentados.

As famílias assentadas possuem características individuais que dificultam a aplicação do projeto cooperativo, não conformados pela trajetória de vida e trabalho que apesar de possuir sustentabilidade e produção para subsistência, acreditam que poderiam produzir mais se as políticas agrícolas para os produtores de baixa renda fossem favoráveis;

sua situação étnica é decorrente da cultura goiana regionalizada, pois os assentados são moradores da região. Como elementos de homogeneização, os trabalhadores assentados se apresentam como ex-meeiros ou diaristas braçais nas grandes e médias propriedades rurais da região, mas a resistência ao processo de expropriação e proletarização oriundos dos efeitos causados pela modernização da agricultura, fez com que decidissem pela expectativa de resgatar ou construir um modo de prover diretamente sua subsistência com maior autonomia.

Procurando entender a partir dos conceitos propostos, que um movimento social procura estabelecer um paralelo através de um contraplano ou um modelo alternativo de sociedade, a questão agrária em Goiás, de acordo com PESSOA (1999), “se dá a partir da formação fundiária”. Em visita ao Assentamento Serra do Facão, ouvindo os pequenos produtores ali assentados, constatamos que o processo pelos quais passaram desde o período de acampados, conforme relata o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fazenda Nova, GOMES (2006), “em decorrência da passividade e objetivo comum entre acampados e o proprietário da terra foi tranqüilo”, mesmo assim os trabalhadores rurais assentados ainda não concordam totalmente com o método utilizado atualmente para promover a reforma agrária no Brasil, resultado disso é a imensa quantidade de acampamentos às margens das rodovias em muitos municípios, inclusive em Fazenda Nova, com a existência de 07 (sete) destes, onde várias famílias estão acampadas em busca de se transformarem de trabalhadores rurais assalariados para pequenos produtores ou produtores de baixa renda, tendo muito deles originado do próprio centro urbano que deficiente de emprego e renda vê na possibilidade de acampar, alcançar um

pequeno patrimônio onde possa produzir, dar melhores condições a sua família e se tornar auto-suficiente.

Os trabalhadores rurais do Assentamento Serra do Facão se organizaram enquanto associação, mas resta porém, a união de esforços enquanto cooperativa, para que possa realizar coletivamente a colheita, o beneficiamento, a armazenagem e a comercialização dos produtos agrícolas. Pois a criação da figura de pessoa jurídica como cooperativa permite obter financiamentos para produzir e introduzir implementos agrícolas, insumos e infra-estrutura que após a produção, a venda possa ser viabilizada para ser realizada diretamente aos consumidores.

Com a escoação da produção através da cooperativa, as más condições de vida no campo seria deixado de lado no assentamento e a questão social que às vezes se assemelha aos problemas urbanos seria vencido com a união de esforços entre os cooperados.

Conforme discriminado na tabela de distribuição das glebas abaixo relacionadas, a organização em associação fez com que a reprodução representada servisse para produzir enquanto classe organizada, para nutrir as famílias assentadas e abastecer o comércio de mercadorias, demonstrando a viabilidade da posse da pequena propriedade.

TABELA 1: FONTE DE RENDA DO ASSENTAMENTO SERRA DO FACÃO

LOTES	PROPRIETÁRIO	FONTES DE RENDA	MÉDIA MENSAL em R\$
01 – SÍTIO BOA ESPERANÇA	ANTONIO RODRIGUES DE CARVALHO	Piscicultura; Gado leiteiro; Suínos (subsistência) Plantação de Roça.	1.500
02 – SITIO VEREDA BONITA	PEDRO MARTINS DE OLIVEIRA	Plantação de bananas; Plantação de pimentas; Produção de leite; Piscicultura.	800
03 – SITIO SONHO VERDE	PEDRO RODRIGUES DE CARVALHO	Gado leiteiro; Suinocultura.	1.200
04 – SITIO SERRA VERDE	JOSÉ PRIMO DE SOUSA	Gado leiteiro; Plantação de roça;	850
05 – SITIO VALE DA MANGUEIRA	LINDACIR RODRIGUES DA SILVA	Gado leiteiro; Suinocultura.	650
06 – SITIO ÁGUA LIMPA	ORCIDIO CARLOS DE OLIVEIRA	Gado leiteiro; Criação de aves;	900
07 – SITIO PRIMAVER	ARY GABRIEL DE CARVALHO	Plantação de roça; Gado leiteiro; Suinocultura; Criação de aves.	900
08 – SITIO BURITIS	JOSÉ COSTA DA SILVA	Gado leiteiro; Suinocultura; Plantação de roça; Criação de aves.	2.000
09 – SITIO OLHO D'ÁGUA	DIVINO ALVES DE FÁTIMA	Gado leiteiro; Suinocultura; Plantação de roça.	1.160
10 – SITIO DOIS IRMÃOS	VAGNER CASSIMIRO DE ARAÚJO	Gado leiteiro; Criação de aves; Plantação de roça.	500
11 – SITIO BURITIS	OSVALDO RIBEIRO DA SILVA	Gado leiteiro; Suinocultura; Plantação de bananas; Plantação de roça.	400

Fonte: arquivo pessoal

A área desapropriada para o Assentamento Serra do Facão é de aproximadamente

516ha e abriga 11 parceiros, restando ainda uma área de 2.9ha destinada para a sede da associação e 103.63ha como área de preservação ambiental, cumprindo as variações de fertilidade natural e topografia, os lotes têm uma variação entre 31 e 44ha. A área está a 24 km da sede do município de Fazenda Nova e distante aproximadamente 195 km da capital do Estado. Com apenas uma exceção, a maioria dos lotes é carente de água principalmente no período de estiagem, como podemos observar no mapa a seguir.

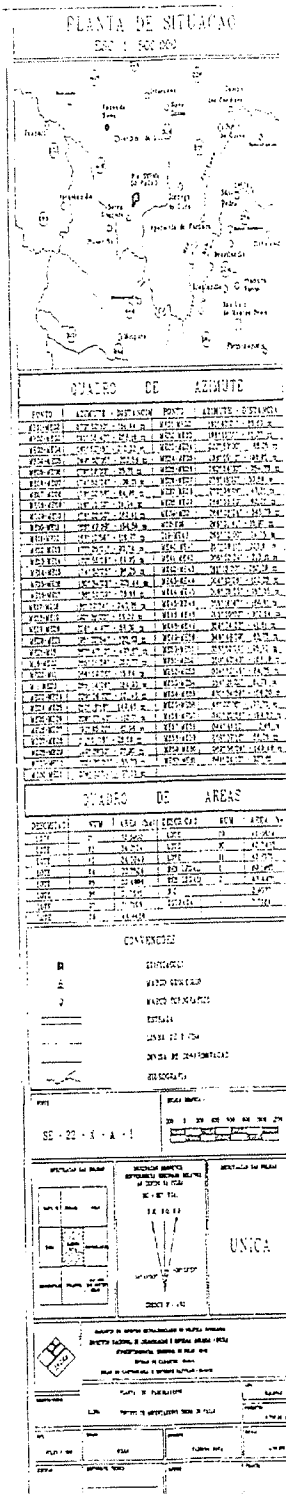
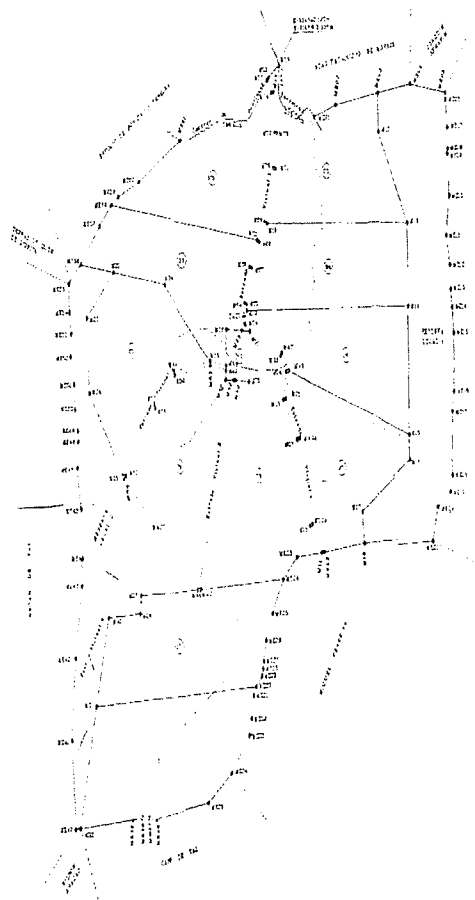
Dentre as parcelas distribuídas pelo INCRA, somente o lote de nº 11, equivalente a 43 ha, que antes era ocupada pelo Senhor Osmar Rodrigues de Araújo, foi vendida, que após contrair enfermidade que lhe impossibilitou em continuar na lida na terra teve que comercializar a posse para o Senhor Osvaldo Ribeiro da Silva, que está trabalhando na terra a mais de 03 anos, conforme figura abaixo.

FIGURA 10: LOTE 11 – ÚNICA GLEBA COMERCIALIZADA



FONTE: Arquivo pessoal

MAPA 01: PLANTA DE SITUAÇÃO DO ASSENTAMENTO SERRA DO FACÃO



FONTE: Associação Serra do Facão

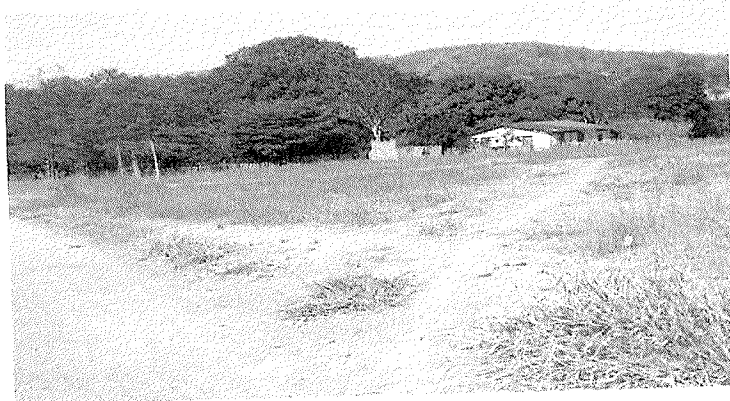
Quase insignificante a quantidade de lote vendido após tomar posse da terra, representa a valorização da pequena propriedade como local de produção para subsistência e sustentação da família, dignificando a afirmação de PESSOA (1999) que, ao começo da produção adquire sabor de conquista dos objetivos alimentados durante o processo de acampamento. Com isso, o índice de evasão, malgrado o problema da venda de lotes, passa a ser insignificante. Em decorrência dos lotes serem pequenos, as estratégias de reprodução requer pouco estoque de mão-de-obra, necessitando quase que exclusivamente da força de trabalho familiar, resultando na redução de custos com mão-de-obra e o acréscimo da capacidade produtiva dos assentados, por isso a resposta unânime dos assentados informantes ao se referirem que valeu a pena o sacrifício de lutar pela terra, conforme podemos observar na fala de Orcídio (2006) “Valeu a pena muito a gente ter vindo pra cá com o objetivo, acredito que já tamos no meio do caminho pra frente, que a terra agente já conseguiu, apostamos e acreditamos que podemos chegar no objetivo final”.

Portanto, afirma PESSOA (1994, p. 109) que: como ocupações bem sucedidas, os assentamentos passariam a ser um estágio na formação da autonomia política dos trabalhadores rurais, constituindo-se no fim da sua longa trajetória de exclusão política e econômica (1999, p. 109). Essa autonomia dos produtores de baixa renda já no estágio de assentados significou o resultado vitorioso do período de emulação debaixo da lona preta no acampamento, mas não significou o fim do embate por independência produtiva, tendo em vista que ainda resta a união em cooperativa para colocar em prática todo o processo de produção, como por exemplo, o ato de arar e gradear a terra onde é alugado o trator que faz o trabalho para os assentados em forma de mutirão. Ou seja, “se foram bem sucedidos foi

justamente porque se associaram a outro num movimento político coletivo”. (PESSOA. 1999, p. 111).

Com as minhas freqüentes visitas ao assentamento, essa união nem sempre foi demonstrada, onde percebemos que apesar de unir-se para preparar a terra para o plantio, a coesão não é constante no momento da escoação da produção. O leite é a principal fonte de renda dos assentados, porem pouco explorado, pois é vendido individualmente, onde poderia aproveitar a sede da associação, conforme figura abaixo, e torna-la como centro cooperativo para captação da produção, bem como local de armazenamento dos subprodutos do leite, como: queijos, doces, requeijão e outros, e, escoar a produção diretamente para o mercado final e não para o intermediário, como acontece na atualidade, e, a partir daí saltar da estrutura de luta que conquistou a terra para empreender novos rumos com dinamismo e capacidade de competir com as demais cooperativas existentes no município, gerando bases de sustentabilidade e saindo da condição de produtor familiar para produção em escala média, alavancando a economia da região e contribuindo para um patamar social relevante.

FIGURA 12: SEDE DA ASSOCIAÇÃO SERRA DO FACÃO



FONTE: Arquivo pessoal

Outro fator relevante que observamos é que a fruta do “piqui” é farta na área do assentamento, mas pouco aproveitada em benefício dos assentados, que se devidamente organizados, poderiam absorver esse produto natural e transforma-lo em viabilidade econômica no período de safra, tendo em vista que os mecanismos sociais internos e associativos são favoráveis para expansão econômica dos produtos captados pelos assentados, onde a figura da representatividade como entidade e enquanto espaço de relações sociais e econômicas é evidente, inclusive se organizaram devidamente após serem empossados, criaram a associação conforme verificamos no artigo 3º do seu estatuto social, com estabelecimento de regras e finalidades, resta, porém a busca por melhorias coletivas, visando o aprimoramento das ações e a implantação de iniciativas que realmente vise o bem comum e a interatividade coletiva com a participação das esposas dos assentados no processo de produção de bens rentáveis, seja artesanato, doces e quitandas, conservas ou até mesmo nos derivados do leite.

Artigo 3º - A ASEF, tendo por base a colaboração recíproca a que se obrigam os seus associados tem por finalidade:

- I – Promover o desenvolvimento comunitário, proporcionando aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e assistenciais;
- II – Dar condições aos agricultores assentados em regime de economia familiar, as condições indispensáveis para a busca de soluções aos problemas comuns;
- III – Proporcionar ajuda aos agricultores em regime de economia familiar, na produção, transporte, beneficiamento, classificação, embalagem e comercialização de seus produtos, além de outros serviços de interesse dos associados;
- IV – Assessorar os associados em suas lutas concretas e manter na medida das possibilidades, serviços de consultoria técnica aos mesmos;

- V – Promover o planejamento conjunto de todas atividades de produção agropecuária de seus associados e própria, se for o caso, sem, contudo, restringir a liberdade de cada um deles;
- VI – Garantir o acesso dos associados aos mecanismos de política agrícola, preços mínimos, crédito rural, pesquisa, assistência técnica e extensão rural;
- VII – Buscar a promoção de compras e vendas em conjunto, contribuindo nas colocações dos produtos no mercado, facilitando o acesso direto dos associados com o mercado consumidor;
- VIII – Promover campanhas, congressos, plenárias, encontros e cursos para os associados;
- IX – Congregar e representar os associados defendendo seus direitos e interesses comuns;
- X – Empreender demais iniciativas que visem atender aos interesses individuais e coletivos dos associados (ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO SERRA DO FACÃO, pág. 1).

Portanto, no estatuto social consta as principais medidas de interesse comum que poderia atender as necessidades básicas e conseqüentemente promover a evolução econômica dos assentados.

Em relação à participação da igreja como mediadora das ações, no desenrolar da organização do movimento e na busca pela posse da terra, no movimento Serra do Facão existe uma contradição na versão dos assentados e na versão do sindicato dos trabalhadores rurais que também é um mediador. O assentado Orcídio (2006), é categórico em mencionar que: “a igreja aqui dentro do acampamento e hoje assentamento, deixa muito a desejar, nós estamos longe um do outro”. Diferentemente, o ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais afirmou em sua entrevista que:

A Igreja, é o papel importante, no trabalho desse assentamento, pois dava o apoio, dava o carro, acompanhava vem nos assentamentos, é uma benção muito importante na conscientização do trabalhador que sempre foi escravo do grande fazendeiro, conscientizava que eles tinha que trabalhar, é uma peça importante no movimento de reforma agrária no Estado de Goiás.

Para PESSOA (1999, p. 109), essa relação entre os múltiplos atores sociais no início de formação do assentamento tem uma vocação evidente de mediação e visa apoiar a reforma agrária. Tradicionalmente identificada em nosso país com os setores econômico e politicamente dominante, a igreja católica é a instituição social que tem emprestado o mais significativo volume de ajuda física, material e humana a esse processo de luta pela posse da terra. Mas, em decorrência da quantidade pequena de famílias no assentamento, não constatamos a implantação de nenhum templo religioso no local, e, aliado a isso, os assentados por questões meramente individuais não optaram por seguir um cronograma de manifestações religiosas como é o caso do Assentamento Nossa Senhora de Fátima no município, que elegeram um santo padroeiro e anualmente celebra os festejos em sua homenagem.

Para os assentados, uma das maiores dificuldades enfrentadas no dia a dia é a inexistência de escolas para os filhos, sendo necessário empreender uma luta diária para que seus filhos percorram 24 quilômetros de chão batido dentro de um transporte escolar, conforme relata o assentado Lindacir (2006):

A escola já existiu, hoje não existe mais, pois era só o grupo primário e depois que os prefeitos deslocalizou os grupos das fazendas, os colégios, aí colocou o transporte e leva tudo para a cidade. Daí pra cá teve muitas dificuldades, não vamos dizer que não teve, é por ser longe da cidade, transporte das crianças que vieram antes junto com a gente, outras famílias tiveram que largar os filhos na cidade pra ter continuidade na escola, tivemos muitas discussões com prefeitura pra conseguir transporte na época, que tinha dificuldade, estrada, muito atoleiro, muita dificuldade.

Para GEHLEN (1991, p. 493), a presença desses equipamentos nos assentamentos não significa apenas níveis mais avançados de prestação de serviços específicos. São para

os assentados “uma confirmação e um esforço ideológico de sua existência social”. Porém, com a extinção das escolas na zona rural que para Carlos BRANDÃO (1993, p. 144) “a escola rural é urbana”, simplesmente não possui no assentamento essa extensão urbana da escola e o processo de inserção das gerações dos filhos dos assentados que são encaminhados para o convívio social na zona urbana, adverso ao seu dia a dia no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pretensão de realizar a busca de dados através de pesquisas e trabalho de campo junto aos trabalhadores rurais no município de Fazenda Nova, especificamente os Assentados no projeto da Associação Serra do Facão, que despertados por tentativas de transformar a situação em que viviam como trabalhadores rurais, meeiros, ou até mesmo assalariados, partiram sem estruturas capazes de enfrentar o regime de posse e do domínio da terra, se organizaram e transformou-se em pequenos produtores. A partir de então comecei a planejar os rumos do meu projeto, como os temas, reforma agrária, latifúndio, desigualdade social e luta pela terra sempre me cativou, resolvi propor uma análise da questão agrária em Fazenda Nova, que é um município dotado de 07(sete) acampamentos e 04 (quatro) assentamentos, dando ênfase ao Assentamento Serra do Facão, onde os trabalhadores possibilitaram através do processo de modificação da estrutura agrário novo padrão de vida.

Mas, a idéia inicial era compreender e discutir a problemática da distribuição desigual das propriedades rurais no Brasil, onde uma minoria é proprietária absoluta da grande maioria do setor rural privado e a grande massa popular é desprovida de terra para produzir. Embrenhando nas obras bibliográficas percebi que no período colonial que se estendeu do ano de 1500 a 1822, foi muito importante para compreendermos o Brasil de hoje, porque a permanência de alguns comportamentos e atitudes integrou a maneira de agir e pensar das pessoas, inclusive na nossa sociedade atual que ainda produz esses

comportamentos herdados do colonialismo. Já a conquista da terra no território brasileiro com abrangência da descoberta e implantação da exploração canavieira no nordeste do país principalmente do século XVI ao início do século XVII, foi marcado pela fratura social e pela dependência à metrópole portuguesa. Portanto o longo período de trezentos anos na nossa história, herdamos uma economia baseada numa estrutura fundiária concentrada que deu origem ao latifúndio. No segundo reinado não mudou muito, a classe dominada continuou a ser explorada pelos senhores da terra e a propriedade continuou concentrada. Com a república velha, chamada de oligárquica, apesar do avanço popular com os primeiros sindicatos, não houve alteração substancial. Nos anos sessenta, quase tudo transformou, menos a fratura social e a dependência. De lá para cá, na inexistência de um processo justo de reforma agrária, a industrialização fez aumentar a pobreza no campo e a população rural se viu na necessidade de emigrar para a cidade que era mais promissora, resultando no surgimento de diversos acampamentos às margens das rodovias e na instalação de periferias.

A escolha feita pelo Assentamento Serra do Facão como foco da minha análise, busquei trabalhar o processo de ascensão do movimento popular que resultou no atendimento das necessidades básicas das vidas humanas dos trabalhadores ali assentados, de modo a viabilizar a plena expansão da vida social, econômica e política, bem como no convívio ético.

De modo que, atentando para observar que os assentados consideraram a posse na terra como a vitória contra a resistência à desconcentração da riqueza e da renda, e, a justa redistribuição para as camadas pobres da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PESSOA, Jadir de Moraes. **A Revanche Camponesa**. Goiânia. Editora UFG. 1999.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 184. 198.
- LINHARES, Maria Yedda, TEIXEIRA, Francisco Carlos da Silva. **Terra Prometida, uma História da Questão Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro. Campos. 1999.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo, estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo. Pioneira. 1975.
- _____. **Fronteira, a degradação do ouro nos confins do humano**. São Paulo. 1997.
- SILVA, Deuzair José da. **Cultura e Sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980)**. Goiânia. Editora da UFG. 1997.
- MARTINS, José de Souza, FORACCHIE, Marialice Mencarini. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro. 1977.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de, FERREIRA Brancolina, PALMEIRA Moacir. **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. 1994.
- LINDACIR, Rodrigues da Silva. 2006.
- ORCIDIO, Carlos de Oliveira. 2006.
- GOMES, Irineu Pereira. 2006